

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Submeto à apreciação dos nobres pares Projeto de Lei que tem por objetivo denominar Largo Telmo Thompson Flores o logradouro conhecido como Largo Viaduto Dom Pedro I, localizado no Bairro Praia de Belas.

Natural de Porto Alegre, Telmo Thompson Flores nasceu em 5 de julho de 1921. Foi casado com Helena Thompson Flores, falecida há cerca de cinco anos. O casal teve três filhos – Carlos Humberto, Maria Amália e Maria Helena –, dez netos e três bisnetos.

Em abril deste ano, o Deputado Germano Bonow homenageou Telmo Thompson Flores no Plenário da Câmara Federal e relatou:

[...] Foi um homem que, "desde muito jovem sabia o que queria e se dedicou com amor à engenharia e a Porto Alegre", como afirmou seu filho. Carlos Humberto recorda ainda, uma das tantas histórias que ouviu de seu pai. Conforme ele, Telmo Thompson Flores, ainda criança, caminhava com o avô pela Rua Duque de Caxias quando viu as obras, gigantescas para a época, do Viaduto Otávio Rocha e perguntou quem eram os responsáveis por aquela construção. O avô respondeu que eram os engenheiros. Ele lembrava, relata o filho, que naquele dia decidiu tornar-se engenheiro.

O ex-Prefeito formou-se, então, em Engenharia Civil, sendo o primeiro laureado formado pela Escola de Engenharia da então Universidade de Porto Alegre, hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ao concluir o curso, recebeu inúmeros convites para atuar na iniciativa privada. Recusou-os, argumentando que sua vocação era a vida pública. Tornou-se professor na mesma escola, a única, naquele momento, dos Estados meridionais, na qual lecionou, por longos anos, Geometria Analítica.

Durante 19 anos, chefiou o Distrito do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que se instalou no Rio Grande do Sul pelo Decreto-Lei nº 4.220, de 31 de março de 1942, do Presidente Getúlio Vargas, sendo seu objetivo imediato a realização de estudos, elaboração de projetos e execução das obras destinadas a defender Porto Alegre das inundações do Rio Guaíba, em decorrência da catastrófica enchente de 1941.

Sob a direção de Thompson Flores, o órgão executou 12 barragens hidrelétricas, 3 para abastecimento d'água, obras de drenagens urbanas na maioria das cidades gaúchas, recuperação de terras, sistema de irrigação, como o do Arroio Duro, sistemas de abastecimento de água, além das defesas contra inundações de Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo.

O diversificado e extenso rol de obras executadas consolidaram o DNOS gaúcho como irradiador de um qualificado grupo de profissionais para dirigir programas de saneamento em diversos Estados brasileiros, influenciando decisivamente no desenvolvimento de obras por todo o País.

A proteção de Porto Alegre contra inundações constitui-se em uma das obras exemplares do ramo, em todo o mundo. Porto Alegre deve muito, neste setor, ao ex-Prefeito, tanto no DNOS quanto na Prefeitura Municipal.[...]

[...]

Ao final de seu mandato, Thompson somava a construção de 6 viadutos e 1 túnel e elevada, a saber:

- Túnel e Elevada da Conceição, a obra mais importante dentro do Complexo da 1ª Perimetral, que funciona como um anel de contorno do centro da cidade. Obra concluída em 7 de agosto de 1972;
- Viaduto José Loureiro da Silva, que surgiu da necessidade de eliminar um dos cruzamentos de maior densidade de tráfego na cidade. Obra concluída em 24 de junho de 1970;
- Viaduto Dom Pedro I, uma das obras da 2ª Perimetral, concluído em 24 de abril de 1972;
- Viaduto Tiradentes, integrante da 2ª Perimetral, obra concluída em 30 de outubro de 1972;

- Viaduto dos Açorianos, no cruzamento da 1ª Perimetral com a Avenida Borges de Medeiros. Obra complexa, pois sua solução foi proposta de modo a resolver todas as direções possíveis do trânsito.

- Não se pode deixar de mencionar sua obra complementar, o Parque dos Açorianos, que atualmente é uma das paisagens mais bonitas da cidade. Obra concluída em 31 de julho de 1973;

- Viaduto Imperatriz Leopoldina, situado sobre o cruzamento da Avenida João Pessoa com a 1ª Perimetral;

- Viaduto Obericí, no tríplice encontro de avenidas que ligam bairros centrais, periféricos e municípios vizinhos. Obra concluída em 1975.

Thompson Flores sempre se preocupou com a rede viária da Capital. Nesse sentido, grandes avenidas foram retificadas e/ou pavimentadas, sem esquecer problemas menores dos bairros. Totalizou 1.191.788 metros quadrados de pavimentação asfáltica, 288.907 metros quadrados de pavimentação com paralelepípedos e 146.598 metros quadrados de pavimentação com pedra irregular.

Merece especial ênfase também o sistema de iluminação pública da Capital, que foi abordado de forma prática e positiva, objetivando atender as necessidades da população, em face da constante urbanização da cidade.

No que diz respeito à habitação, criou um bairro em Porto Alegre, a Vila Nova Restinga, na Zona Sul da Capital, para populações carentes, talvez o projeto mais ambicioso da sua administração, quer pelo volume dos investimentos, quer pela importância dos benefícios dele derivados. Esse projeto antecedeu, por cerca de 2 anos, o lançamento do PLANHAP pelo Ministério do Interior e pelo BNH.

[...]¹

A respeito de Telmo Thompson Flores como Prefeito Municipal de Porto Alegre, cargo que ocupou de 31 de março de 1969 a 8 de abril de 1975, diz a publicação Wikipédia – Enciclopédia Livre –: *Técnico, sem história progressa em disputas eleitorais, Thompson Flores foi indicado em 1969 para a prefeitura da capital gaúcha, pelo então governador Walter Peracchi Barcelos, e aprovado pela Assembléia Legislativa.*

Discípulo de José Loureiro da Silva, de apelido Charrua, por quem nutriu profunda admiração, Telmo Thompson Flores lutou muito para colocar em prática o Plano Diretor estabelecido em 1959.

Da publicação intitulada “Seis anos de realizações: Administração Telmo Thompson Flores”, extraímos importantes informações:

O dinâmico desenvolvimento espacial de Porto Alegre, com suas múltiplas implicações, tende a diminuir a importância das funções tradicionais de administração local e requer a criação de novos objetivos, orientados pelo enfoque do crescimento urbano, dentro do qual se analisam os seus diferentes aspectos e se projetam as ações que procuram satisfazer as demandas de serviços públicos, de acordo com o ritmo da expansão da cidade.

Talvez seja dispensável ressaltar que a Administração Municipal, no período 1969 a 1974, teve de fazer escolhas e sacrifícios, preenchendo lacunas que se apresentavam mais urgentes e, por limitações de ordens financeira e de tempo, postergou ao futuro aquelas cujos benefícios não as colocava em prioridade tão elevada.

Deve-se enfatizar, contudo, que o Município procurou homogeneizar os programas em um conjunto harmônico com a finalidade de atender concretamente uma enorme gama de necessidades dos seus munícipes. Imbuído por essa linha de ação, a prestação dos serviços desenvolvidos procurou tornar-se preponderantemente social. Os fatos parecem provar que, em todo o período da Administração Telmo Thompson Flores, os esforços não foram racionados

¹ Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TEctoHTML.asp?etapa+5&nuSessao=05...> Acesso em: 30 set. 2009.

para que se pudesse alcançar os resultados programados e, se não foi possível executar a totalidade da programação, o volume quantitativo e a densidade qualitativa das realizações são o testemunho vivo da luta constante em que se empenhou.

Dentro de uma perspectiva dinâmica, de constante atualização das necessidades aos fatores emergentes, a Administração desenvolveu seu trabalho através de áreas prioritárias de atuação, que foram as seguintes:

- remodelação urbana
- infra-estrutura educacional
- cuidados com a saúde pública e serviço social
- saneamento
- atendimento às populações marginalizadas e vilas populares
- disciplinamento e planejamento do trânsito
- cooperação técnica com o setor agrícola
- fiscalização em geral
- desenvolvimento de atrações turísticas

Este documento procura apresentar os principais fatos que marcaram o período, muito embora seja impossível relatar a totalidade do que foi realizado, especialmente o que diz respeito às atividades meios. Do ponto-de-vista das realizações que atingem diretamente o público, há melhores dados disponíveis para os produtos físicos, como obras, que para os serviços, como de saúde pública, o que não significa maiores realizações de uns que de outros.

Embora as tarefas consideradas meios não sejam objeto especial de apreciação neste relato, convém salientar algumas medidas de alta repercussão para o funcionamento pleno dos diversos setores do Município, que foram tomadas ao longo dos últimos seis anos.

Toda a legislação maior do Município foi revisada, a partir de 1969 por iniciativa da Administração. Assim, Porto Alegre ganhou um novo Código Tributário através da Lei Complementar nº. 7; a Lei Complementar nº. 8 alterou o Plano Diretor da Capital, para incluir-lhe a extensão “C”; enquanto que a última parcela da superfície urbana da capital deverá proximamente ser transformada em lei, para incluir a extensão “D”, que já tem seus estudos e projetos aprovados pela Administração. A Lei Complementar nº. 9, reformulou e ajustou a princípios mais modernos o Código de Obras do Município e as Leis Complementares nº. 10 e 11 criaram o novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Por último, recentemente a Lei Complementar nº. 12 estabeleceu as normas para as Posturas na Capital, substituindo o diploma anterior, já bastante desatualizado e pouco objetivo.

Do ponto-de-vista administrativo e de funcionamento, também a estrutura dos órgãos da Administração Direta foi profundamente reformulada, através do Decreto 4945, já incorporando alterações básicas derivadas de reforma administrativa em processo e que se refletiu mais objetivamente nas Secretarias de Administração, Obras e Viação, Transportes, Saúde e no Departamento de Fiscalização.

Nesse período foram também criadas duas novas unidades administrativas de cuja falta se ressentia o Executivo para melhor encaminhar a solução dos problemas municipais: o Gabinete Municipal de Coordenação e Planejamento – GAPLAN, em 1971, e o Departamento de Esgotos Pluviais – DEP, em 1973.

Em sua filosofia de humanização, não poderia a Administração esquecer-se do quadro de seu próprio pessoal, cuja reestruturação se fazia necessária para ajustá-lo às novas necessidades dos processos de trabalho do setor público, em expansão acelerada. O novo Sistema Classificado de Cargos e Funções, com a conseqüente reorganização dos quadros municipais, foi instituído através da lei nº. 3862 e já implantado quase que integralmente em todos os seus pontos.

Também com vistas ao benefício do funcionalismo e para criar melhores condições de segurança individual e familiar, com conseqüente elevação da produtividade do trabalho no Município, foi criado o atendimento médico-cirúrgico-hospitalar aos servidores e seus dependentes, a partir de 1971, em convênio com a entidade de classe que os assiste e pelo qual o Município garante hospitalizações e atendimentos de moléstias graves de maior vulto,

caracterizadas como “grandes riscos de saúde”, através de um investimento de caráter pessoal e a fundo perdido.

Enfim, todos os setores da atividade municipal foram acionados à exaustão, dentro das possibilidades e condicionantes que se apresentaram no período. Procurou-se atingir, basicamente, à população, nas zonas centrais, onde grande parte dela realiza seu trabalho durante boa parte do dia e nos bairros, para onde se desloca e vive, em suas horas de lazer. Nem tudo foi possível realizar, e nem todas as necessidades foram satisfeitas. Espera-se, entretanto, que todo esse esforço, orientado por um espírito de luta encarada de frente e com decisão e, principalmente, visando a humanização de uma Capital que se desenvolve aceleradamente, tenha sido compensador, na medida em que alcançou o maior número possível de interesses e de aspirações da coletividade porto-alegrense.²

Seu governo foi caracterizado por grandes obras, em especial na área dos transportes, desativando o serviço de bondes e incentivando o transporte automotivo com a construção de seis viadutos. Durante sua gestão, também ocorreram a inauguração do Parque Moinhos de Vento – o “Parcão” – e da rodoviária municipal, a abertura do Bairro Restinga e a construção do Muro da Mauá, entre a avenida Mauá e o Cais do Porto, obra destinada a evitar enchentes, mas que até hoje tem sua utilidade contestada, além de ser acusada de impedir o acesso da população à orla do Rio Guaíba.

Destarte, a gestão Telmo Thompson Flores não deixou de considerar a problemática dos portadores de necessidades especiais. Com o intuito de atendê-la, foram construídos prédios, houve a cedência de bolsas de estudo e a manutenção de classes específicas nas escolas municipais. Não obstante, na área da cultura, a inspiração era voltada aos textos da UNESCO, salientando uma cidade voltada à educação. Thompson Flores também foi pioneiro no tema da descentralização da cultura.

Sua imagem de empreendedor sempre foi muito elogiada por todos que com ele conviveram, inclusive por adversários. Sabia-se que se sentia mais à vontade nos canteiros de obras do que nos gabinetes, tanto que vistoriava pessoalmente trabalhos de construção.

Telmo Thompson Flores, como Prefeito Municipal, deu à Cidade ares de metrópole. Em 8 de abril de 1975, entregou o cargo ao sucessor, o economista Guilherme Socias Villela.

Em 1976, assumiu a presidência da Eletrosul – Centrais Elétricas S/A, na qual permaneceu por cerca de dez anos, e, devido ao cargo, mudou-se para Florianópolis, em Santa Catarina.

Nas eleições legislativas de 1978, concorreu a um cargo público pela primeira vez, conquistando trinta mil votos e ficando com a primeira suplência do Partido da ARENA gaúcha para Deputado Federal. Entretanto, não assumiu o mandato nenhuma vez, cedendo eventual vaga aos demais suplentes do Partido.

Afastado da vida pública, em 1989 fixou residência em Florianópolis, após aposentar-se como Engenheiro, onde viveu seus últimos anos, falecendo de insuficiência respiratória em 9 de novembro de 2008.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2009.

² PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Seis anos de realizações: Administração Telmo Thompson Flores*. Porto Alegre: GAPLAN, 1974.

VEREADOR JOÃO ANTONIO DIB
PROJETO DE LEI

Denomina Largo Telmo Thompson Flores o logradouro público cadastrado conhecido como Largo Viaduto Dom Pedro I, localizado no Bairro Praia de Belas.

Art. 1º Fica denominado Largo Telmo Thompson Flores o logradouro público cadastrado conhecido como Largo Viaduto Dom Pedro I, localizado no Bairro Praia de Belas, nos termos da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994, e alterações posteriores.

Parágrafo único. As placas denominativas conterão, abaixo do nome do logradouro, os seguintes dizeres: Engenheiro, Professor, Prefeito Municipal – notável homem público que transformou a Cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROC. N° 4181/09
PLL N° 197/09

/CRK